



Evoltz VI

transmissora de energia s.a.
Demonstrações financeiras 2023

Demonstrações financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional	11
2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis relevantes	11
3. Uso de estimativas e julgamentos	16
4. Caixa e equivalentes de caixa	18
5. Contas a receber	18
6. Partes relacionadas	19
7. Tributos	19
8. Ativo de contrato de concessão	20
9. Debêntures	22
10. Provisões	24
11. PIS e COFINS diferidos	25
12. Imposto de renda e contribuição social	25
13. Patrimônio líquido	26
14. Receita líquida	27
15. Custos e despesas operacionais	28
16. Resultado financeiro	28
17. Instrumentos financeiros e gestão de riscos	29
18. Aspectos ambientais	32
18.1. Licenciamento Ambiental	32
19. Seguros	33

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Diretores e Acionistas da

Evoltz VI Campos Novos Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Evoltz VI Campos Novos Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Evoltz VI Campos Novos Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Este assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre este assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa 3.1, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$203.519 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (v) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na indisponibilidade; (vi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e (vii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos que os critério e premissas para a mensuração do ativo de contrato adotados pela diretoria e as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.1 e 8 às demonstrações financeiras são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

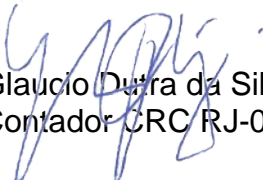
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC RJ-090174/O

Evoltz VI

Balancos Patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
<u>Circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.462	13.206
Contas a receber	5	3.596	2.980
Tributos a recuperar	7	339	343
Ativo de contrato de concessão	8	26.491	25.395
Outros ativos		1.319	766
		46.207	42.690
<u>Não Circulante</u>			
Contas a receber		34	28
Tributos a recuperar	7	2.719	2.517
Ativo de contrato de concessão	8	177.028	187.909
Imobilizado		183	194
Intangível		50	68
		180.014	190.716
Total do Ativo		226.221	233.406
Passivo e Patrimônio líquido			
<u>Circulante</u>			
Fornecedores		807	1.319
Debêntures	9	9.745	10.067
Partes relacionadas	6	601	342
Tributos a recolher	7	368	284
Encargos setoriais		421	279
PIS e COFINS diferidos		1.475	-
		13.417	12.291
<u>Não circulante</u>			
Debêntures	9	22.692	42.399
Provisões	10	24.684	3.797
PIS e COFINS diferidos	11	14.969	17.455
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	38.197	39.992
		100.542	103.643
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	13	92.739	92.739
Reserva de lucros	13.1	19.523	24.733
		112.262	117.472
Total do passivo e patrimônio líquido		226.221	233.406

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Evoltz VI

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	14	24.338	19.081
Remuneração do ativo de contrato de concessão		17.024	18.276
Receita Operação e manutenção, deduções e outras, líquidas		7.314	805
Custos dos serviços prestados	15	(3.372)	(6.331)
Lucro bruto		20.966	12.750
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(23.549)	(2.486)
Outras despesas operacionais		(7)	-
		(23.556)	(2.486)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		(2.590)	10.264
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		2.059	1.575
Despesas financeiras		(6.473)	(7.627)
		(4.414)	(6.052)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(7.004)	4.212
Imposto de renda e contribuição social	12		
Diferidos		1.794	(9.782)
		1.794	(9.782)
Prejuízo do exercício		(5.210)	(5.570)
Resultado básico e diluído por ação		(0,039)	(0,042)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Evoltz VI

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022

Em milhares de reais

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo do exercício	(5.210)	(5.570)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(5.210)</u>	<u>(5.570)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Evoltz VI

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais

	Nota	Reserva de lucro				Prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido
		Capital social	Reserva especial de lucros a realizar	Reserva legal	Retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2021		92.739	26.440	595	3.268	-	123.042
Prejuízo do exercício	13.3	-	-	-	-	(5.570)	(5.570)
Absorção de prejuízo		-	(5.570)	-	-	5.570	-
Em 31 de dezembro de 2022		92.739	20.870	595	3.268	-	117.472
Prejuízo do exercício	13.3	-	-	-	-	(5.210)	(5.210)
Absorção de prejuízo		-	(5.210)	-	-	5.210	-
Em 31 de dezembro de 2023		92.739	15.660	595	3.268	-	112.262

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes imposto de renda e da contribuição social		(7.004)	4.212
Ajustes:			
Remuneração do ativo de contrato de concessão	8	(17.024)	(18.276)
Juros sobre debêntures	9	6.248	7.430
Amortização do custo de transação	9	74	74
Provisão e atualização de contingências	10	20.887	193
PIS e COFINS diferidos		(1.011)	(558)
Depreciação e amortização		34	35
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		197	153
Provisão para parcela de indisponibilidade		(117)	118
Varição no capital circulante:			
Contas a receber		(702)	(684)
Partes relacionadas		259	(360)
Tributos a recuperar		(198)	(165)
Ativo de contrato de concessão	8	26.809	23.245
Fornecedores		(512)	941
Sobressalente		(103)	13
Tributos a recolher		84	46
Provisões		-	(145)
Encargos setoriais		142	101
Outros ativos e passivos		(451)	(600)
Caixa gerado pelas operações		27.612	15.773
Juros pagos sobre debêntures	9	(6.820)	(7.110)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		20.792	8.663
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado/ intangível		(5)	(22)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(5)	(22)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Amortização de principal de debêntures	9	(19.531)	(7.373)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(19.531)	(7.373)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		1.256	1.268
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		13.206	11.938
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		14.462	13.206
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		1.256	1.268

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Evoltz VI Campos Novos Transmissora de Energia S.A. ("Evoltz VI" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, brasileira, de capital fechado e prazo indeterminado, com sede e foro na cidade de Rio de Janeiro - RJ, constituída em 8 de janeiro de 2007, tendo como objeto social, único e exclusivo, a construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor. Seu único acionista é a Evoltz Participações S.A. ("Evoltz").

A Companhia não desenvolveu, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, atividades não vinculadas ao objeto de suas concessões.

1.1. Concessão

A Companhia detém a concessão do serviço público de energia elétrica nos termos do Contrato de Concessão nº 009/07 firmado com a ANEEL em 11 de junho de 2007, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão Coletora Campos Novos (SC) – Videira (SC) e Linha de Transmissão Dona Francisca (RS) – Santa Maria (RS), em Corrente Contínua, em 230Kv. A Companhia entrou em operação em 6 de julho de 2009.

Em 4 de julho de 2023, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.216, homologou a nova Receita Anual Permitida - RAP do ciclo 2023/24 de R\$33.647 (R\$32.373 ciclo 2022/23). O valor da RAP é reajustado anualmente, no mês de julho, nos termos do Contrato de Concessão.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis relevantes

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação e apresentação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Estas demonstrações financeiras apresentam informações comparativas com o exercício anterior.

A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As demonstrações financeiras foram apresentadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 18 de março de 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas bem como o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a de apresentação da Companhia.

Políticas contábeis relevantes

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

2.3. Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

2.3.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

▪ Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, os principais ativos financeiros classificados nesta categoria são as contas a receber de clientes.

▪ Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2023, outros ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e depósitos vinculados.

▪ Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Esses ativos são mensurados a valor justo e mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros. A Companhia não possui ativos financeiros com estas características.

b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Conforme o CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

c) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

2.3.2. Passivos financeiros

a) Classificação e mensuração

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado.

Os outros passivos financeiros (incluindo debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

b) Desreconhecimento de passivo financeiro

A Companhia baixa o passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) de seu balanço patrimonial quando, e apenas quando, ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é liquidada, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e a contrapartida paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida no resultado.

2.3.3. Compensação de saldos

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4. Ativo de contrato concessão

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Evoltz VI regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

A infraestrutura de transmissão é classificada como “Ativo de contrato de concessão”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do contrato e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

(ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

(iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato de concessão reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato de concessão, utilizando a taxa de desconto definida no início do contrato.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

(i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico – ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

(ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

2.6. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando aplicável. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social são mensurados pelo regime de lucro real. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos, conforme determina a legislação em vigor. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, também de acordo com a legislação vigente.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses impostos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja possível que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

(a) Revisadas e Vigentes:

- CPC 50 – Contratos de Seguros
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 32 - Tributos sobre o Lucro
- CPC 26 (R1) e (CPC 23) - Definição de omissão matéria

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração da Companhia avaliou os pronunciamentos supramencionados e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras intermediárias revisadas.

(b) Revisadas e não vigentes:

- CPC 06 (R2): Arrendamentos (Transação de venda e retroarrendamento).
- CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (classificação de passivos como circulante ou não circulante).
- CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa.
- CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros.

A administração da Companhia avaliou os pronunciamentos supramencionados e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras revisadas.

3. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas, julgamentos e premissas utilizadas pela Administração da Companhia estão relacionadas a seguir:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferidos (nota 11).
- Análise de risco de crédito; e
- Análise de risco para a constituição de provisões, inclusive provisão para riscos cíveis e regulatórios (nota 10.b);

Adicionalmente a seguir as estimativas e julgamentos consideradas as mais críticas na elaboração destas demonstrações financeiras:

3.1 Ativo de contrato de concessão

No contrato de concessão da Companhia estão presentes duas obrigações de performance claramente identificáveis: i) a obrigação de constituição da infraestrutura que será objeto da concessão por 30 anos, ou pelo seu aprimoramento ao longo da concessão e ii) obrigação de operar e manter a infraestrutura construída disponível para o Sistema Interligado Nacional – SIN. O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a primeira obrigação, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo desta constituição, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Assim a Companhia faz jus a Receita de Construção durante a fase de construção do projeto, mas só fará jus ao fluxo de caixa contratado após a entrada em operação comercial do empreendimento.

O valor do ativo de contrato das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais

Evoltz VI

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

As premissas utilizadas pela Companhia para determinação do ativo de contrato de concessão são as seguintes:

- **Ativo de contrato de concessão indenizável** – a Companhia reconhece o valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados, como ativo de contrato de concessão, determinado com base nas taxas de depreciação aprovadas pela ANEEL, tendo como base o valor contábil.
- **Ativo de contrato de concessão amortizável pela RAP** – as adições decorrentes das ampliações, reforços ou melhorias da infraestrutura de transmissão são registradas como ativo de contrato de concessão.
- **Remuneração do ativo de contrato de concessão** – Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia e suas controladas incide sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa.
- **Determinação das receitas de infraestrutura** – Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.
- **Receita de operação e manutenção** – a Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras receita de operação e manutenção (O&M) pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

3.2 Provisões para contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.3 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

(a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis) – O modelo de perdas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(b) Ativos não financeiros – os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa – (“UGC”) exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

3.4 Demonstração de fluxo de caixa (“DFC”)

Demonstração dos Fluxos de Caixa (“DFC”) A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2021</u>
Recursos em conta corrente	34	38
Aplicações financeiras (i)	14.428	13.168
	<u>14.462</u>	<u>13.206</u>

(i) Referem-se a certificados de depósitos bancários remuneradas por uma taxa média de 100,29% do CDI, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, com compromisso de recompra pelas instituições financeiras, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Concessionárias e permissionárias	3.981	3.279
Provisão para PVI (i)	(1)	(118)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (ii)	(350)	(153)
	<u>3.630</u>	<u>3.008</u>
Circulante	3.596	2.980
Não circulante	34	28
	<u>3.630</u>	<u>3.008</u>

(i) Refere-se à provisão da parcela variável e penalidades de redução de receita por indisponibilidade da linha de transmissão.

(ii) A Companhia na condição de agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Entretanto alguns agentes do sistema questionam judicialmente os saldos faturados e julgam os respectivos débitos como improcedentes. Em virtude do desfecho desfavorável destas discussões a Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa. A variação se refere basicamente as multas rescisórias recebidas de alguns clientes no exercício, pela baixa perspectiva de recebimento os montantes foram provisionados.

Evoltz VI

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer	3.532	3.087
Vencidos até 360 dias	389	164
Vencidos mais de 360 dias	60	28
	<u>3.981</u>	<u>3.279</u>

6. Partes relacionadas

a) Transações e saldos

	<u>Passivo</u>		<u>Despesa</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Evoltz Participações S.A.	601	342	(2.332)	(1.721)
	<u>601</u>	<u>342</u>	<u>(2.332)</u>	<u>(1.721)</u>

O Grupo Evoltz mantém o contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos com suas partes relacionadas, aprovado e homologado pela ANEEL por meio do Despacho N° 754, de 21 de março de 2022 tendo como critério de alocação do rateio a Receita Anual Permitida – RAP.

As transações com partes relacionadas são decorrentes de operações normais da Companhia, não se constituindo como empréstimos ou transações não usuais. Sobre os saldos em aberto não há incidência de juros e atualização monetária.

b) Remuneração dos membros-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar aos membros-chave da Administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários e honorários	304	362
Encargos sociais	60	72
	<u>364</u>	<u>434</u>

7. Tributos

a) A recuperar

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social (i)	339	343
	<u>339</u>	<u>343</u>
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social (i)	2.719	2.517
	<u>2.719</u>	<u>2.517</u>

b) A recolher

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Circulante</u>		
ICMS diferencial a recolher	15	-
PIS e COFINS	293	224
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	30	27
Outros tributos a recolher	30	33
	<u>368</u>	<u>284</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Referem-se basicamente aos créditos tributários decorrentes dos saldos negativos de imposto de renda e contribuição social, os quais são atualizados monetariamente e podem ser compensados com qualquer imposto ou contribuição administrada pela Receita Federal.

8. Ativo de contrato de concessão

Abaixo a movimentação do ativo de contrato de concessão:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo Inicial	213.304	218.273
Remuneração do ativo de contrato de concessão	17.024	18.276
Amortização do ativo de contrato de concessão	(26.809)	(23.245)
Saldo Final	203.519	213.304
Circulante	26.491	25.395
Não circulante	177.028	187.909

Contrato de concessão de serviços

A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão:

- **Receita Anual Permitida - RAP** - A prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.
- **Faturamento da receita de operação, manutenção e construção** - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente.
- **Parcela variável** - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.
- **Ativo de contrato de concessão indenizável** - Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo e esgotados todos os prazos e instâncias de recursos, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado regulatório.

Evoltz VI

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Renovação ou rescisão** - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.
- **Aspectos ambientais** - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de “reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas”, a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de transmissão.
- **Descumprimento de penalidades** - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

Evoltz VI

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Debêntures

Agente financeiro	Modalidade	Taxa anual de juros	Vencimento	Moeda	Liberado	31/12/2023			31/12/2022		
						Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Oliveira Trust	1ª série	CDI + 1,09%	Out/2028	R\$	61.138	9.708	18.184	27.892	9.986	37.090	47.076
Oliveira Trust	2ª série	CDI + 3,35%	Out/2029	R\$	5.862	111	4.842	4.953	155	5.717	5.872
Subtotal debêntures						9.819	23.026	32.845	10.141	42.807	52.948
Custo de transação						(74)	(334)	(408)	(74)	(408)	(482)
Total líquido de debêntures						9.745	22.692	32.437	10.067	42.399	52.466

Em 19 de dezembro de 2020 a Companhia realizou a 1º emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantias adicionais fidejussórias, para distribuição pública nos termos da lei de Mercado de Capitais da instrução CVM 476, com esforços restritos, pelo valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo 61.138 debêntures emitidas no âmbito da primeira série e 5.862 debêntures emitidas no âmbito da segunda série, totalizando o valor de R\$ 67.000. As debêntures foram subscritas e integralizadas em 10 de janeiro de 2020.

Abaixo segue movimentação das debêntures:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	52.466	59.445
Juros provisionados	6.248	7.430
Amortização de juros	(6.820)	(7.110)
Amortização de principal	(19.531)	(7.373)
Amortização custo de transação	74	74
Saldo final	32.437	52.466

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As parcelas de longo prazo têm vencimento nos seguintes anos:

	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Debêntures	7.065	3.478	4.818	4.382	3.283	23.026

9.1 Garantias concedidas

Cessão fiduciária das ações ordinária nominativas da Companhia e Direitos Creditórios provenientes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica.

9.2 Obrigações contratuais

As principais obrigações não pecuniárias da Companhia referentes as debêntures estão descritas abaixo:

- Disponibilizar em sua página na internet e fornecer ao Agente Fiduciário: (a) no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social ou na data da sua publicação, o que ocorrer primeiro, cópia das suas demonstrações financeiras societárias relativas ao respectivo exercício social, auditadas por Auditor Independente; (b) no prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados da data de término de cada exercício social ou na data da sua publicação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Garantidora; e (c) no prazo de até 115 (cento e quinze) dias contados da data de término de cada exercício social ou na data da sua publicação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras regulatórias com relatório realizado pelo Auditor Independente indicando o Cash EBITDA da Emissora; sendo todas as referidas demonstrações financeiras preparadas de acordo com a Lei de Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- Obter e manter válida e vigente cobertura de seguro adequada para o Projeto;
- Em relação à Emissora, sempre que em uma Data Base de Verificação o montante de Cash EBITDA Mínimo não for atingido, utilizar de seu Caixa Inicial ou solicitar à Garantidora aporte de capital de forma a cumprir com o Cash EBITDA Mínimo.

O inadimplemento de obrigação não pecuniária pela Emissora e/ou pela Garantidora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, desde que não seja sanado no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis contados da data da sua ciência, observado que referido prazo de cura não se aplicará às obrigações sujeitas a prazos de cura específicos.

9.3 Cláusulas restritivas (“covenants”)

Os principais covenants da Companhia referentes as debêntures vigentes estão descritas abaixo:

- Transformação da forma societária da Emissora de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei de Sociedades por Ações;
- Mudança da estrutura acionária da Emissora. Se houver qualquer alteração na estrutura acionária direta da Emissora, inclusive uma alteração no controle da Emissora conforme definição do artigo 116 da Lei de Sociedades por Ações, exceto pelas Transferências Permitidas, observado que qualquer venda de ações de emissão da Emissora estará sujeita à prévia aprovação pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, da parcela da receita proveniente da venda que deverá ser utilizada para amortização das Debêntures.

Evoltz VI

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Transferência de Controle da Emissora e/ou da Garantidora. Se houver qualquer transferência de controle direta ou indireta da Emissora ou da Garantidora, sendo o controle indireto observado até o nível do controlador, conforme definição de controle prevista no âmbito do artigo 116 da Lei de Sociedades por Ações, exceto pelas Transferências Permitidas, observado que qualquer venda de ações de emissão da Emissora estará sujeita à prévia aprovação pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, da parcela da receita proveniente da venda que deverá ser utilizada para amortização das Debêntures.
- Exceto pelas Distribuições Permitidas, não realizar qualquer outra forma de distribuição de recursos da Emissora para seus acionistas, incluindo redução de capital, repagamento de mútuos, dívidas subordinadas ou dividendos a não ser com autorização do Agente Fiduciário, agindo conforme as instruções dos Debenturistas;
- Em relação à Emissora, não incorrer em qualquer endividamento adicional sem a prévia e expressa anuência do Agente Fiduciário, agindo conforme as instruções dos Debenturistas;
- Não transferir, ceder ou prometer ceder esta Escritura de Emissão, o Contrato de Garantia e os Documentos do Projeto, sem o prévio consentimento dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário.

Em 31 de dezembro de 2023, todas as cláusulas restritivas estabelecidas na escritura de debêntures vigente foram cumpridas.

10. Provisões

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fundiárias	72	64
Cíveis	24.612	3.733
	<u>24.684</u>	<u>3.797</u>

Provisões fundiárias

Correspondem aos valores relacionados à liberação de faixa de servidão da linha de transmissão (indenizações, perícias, processos judiciais, dentre outros).

Provisões cíveis

São representados por processos na esfera cível, com probabilidade de perda prováveis, onde a Companhia se enquadra como réu no processo.

a) Movimentação das provisões

	<u>Fundiárias</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2021	53	3.696	3.749
Atualização	11	37	48
Em 31 de dezembro de 2022	64	3.733	3.797
Atualização (i)	8	20.879	20.887
Em 31 de dezembro de 2023	72	24.612	24.684

Evoltz VI

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Trata-se de causas cujo objeto em comum visava a discussão relacionada ao contrato de prestação de serviços no período de construção nos quais visam o ressarcimento e reparo contratual. O incremento refere-se à reavaliação das causas cíveis nos quais aguardam a manifestação fundamentada dos credores.

b) Passivos contingentes

A Companhia é parte integrante em processos judiciais com riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, conforme CPC 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cíveis (i)	15.209	251
Fundiários	353	311
	<u>15.562</u>	<u>562</u>

11. PIS e COFINS diferidos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PIS diferido	2.933	3.114
COFINS diferido	13.511	14.341
	<u>16.444</u>	<u>17.455</u>
Circulante	1.475	-
Não circulante	14.969	17.455

Os montantes refletem os efeitos fiscais diferidos do PIS e da COFINS na aplicação dos procedimentos contábeis relacionados ao CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes.

12. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos apresentados no balanço patrimonial

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias, líquidas	(38.242)	(40.037)
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e base negativa	45	45
	<u>(38.197)</u>	<u>(39.992)</u>

Evoltz VI

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Reconciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.004)	4.212
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	<u>2.381</u>	<u>(1.432)</u>
Outras adições	(587)	(3.333)
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado	<u>1.794</u>	<u>(4.765)</u>
Alíquota Efetiva	(26%)	(113%)
Reversão de impostos diferidos por não recuperabilidade	-	(5.017)
Efeito total no resultado do exercício:		
Diferidos	1.794	(9.782)
	<u>1.794</u>	<u>(9.782)</u>

c) Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

O ativo diferido de imposto de renda e contribuição social foram reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses saldos a partir de projeções de resultados tributários futuros preparados pela Administração. Tais projeções foram elaboradas com base em premissas e julgamentos internos, bem como projeções de cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Durante o exercício de 2022 a Companhia reavaliou seus créditos diferidos e realizou a reversão de R\$ 5 milhões.

A Companhia espera realizar integralmente os IRPJ e CSLL diferidos ativos registrados em 31 de dezembro de 2023 de acordo com o seguinte cronograma futuro:

	<u>Após 2026</u>	<u>Total</u>
IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	45	45

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social é de R\$ 92.739, representado por 133.738.740 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuídas, de propriedade integral da Evoltz Participações S.A..

13.2. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício social, limitada a 20% do capital social, em atendimento à legislação societária brasileira em vigor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Reserva de retenção de lucros

Constituída com base no lucro líquido remanescente após as destinações do resultado do exercício aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral.

13.3. Dividendos

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, conforme nota 9, a Companhia possui debêntures emitidas cuja cláusula restritiva impede a distribuição de dividendos.

13.4. Resultado por ação

O cálculo do resultado por ação foi realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Número de ações ordinárias no início do exercício (milhares)	133.739	133.739
Número de ações ordinárias ao término do exercício (milhares)	133.739	133.739
Prejuízo do exercício	(5.210)	(5.570)
Número médio ponderado das ações ordinárias no exercício (milhares)	133.739	133.739
Resultado por ação	(0,039)	(0,042)

A Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que devam ser considerados para o cálculo do resultado por ação diluído referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Consequentemente, o resultado por ação básico e diluído são iguais.

14. Receita líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta:		
Remuneração do ativo de contrato de concessão (i)	17.024	18.276
Receita de operação e manutenção (i)	3.229	2.564
Outras receitas (i) / (ii)	8.119	1.827
	28.372	22.667
Deduções da receita:		
Impostos sobre serviços (PIS e COFINS)	(2.554)	(2.372)
Encargos setoriais	(1.427)	(1.084)
Provisão de parcela variável de indisponibilidade	(53)	(130)
	(4.034)	(3.586)
Receita líquida	24.338	19.081

(i) Em 2022, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 ocorreu a revisão tarifária periódica (RTP) aprovando uma RAP total no montante de R\$25.205. Adicionalmente, em 10 de março de 2023 a ANEEL através da Resolução Homologatória nº 3.174/2023 ajustou o montante da RAP para R\$ 32.372. Referida alteração gerou um efeito de R\$3.521 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(ii) Refere-se a diferença entre a amortização do ativo de contrato de concessão e o recebimento (AVC).

Evoltz VI

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2023	31/12/2022
Operação e Manutenção – O&M		
- Receita	3.229	2.564
- Custos (a)	(5.327)	(6.139)
Margem (R\$)	(2.098)	(3.575)
Margem percebida (%)	(65,0%)	(139,4%)

(a) Para avaliação das margens de Operação e Manutenção percebidas, estão sendo considerados os custos recorrentes da operação da Companhia. Foram desconsiderados para a base do cálculo, os custos não recorrentes de contingências e recuperação de despesas, uma vez que não estão diretamente ligados a operação e manutenção dos ativos de contrato da Companhia.

15. Custos e despesas operacionais

	Custos		Despesas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(648)	(492)	(1.306)	(1.002)
Serviços de terceiros	(3.527)	(4.492)	(856)	(859)
Contingências (i)	(8)	(192)	(20.879)	-
Impostos e taxas	3	(91)	(38)	(61)
Seguros	(834)	(379)	(5)	(10)
Recuperação de despesas (ii)	1.963	71	-	-
Provisão para devedores duvidosos	-	-	(197)	(153)
Outros custos e despesas	(321)	(756)	(268)	(401)
	(3.372)	(6.331)	(23.549)	(2.486)

- (i) Tratam-se de causas que visam o ressarcimento e reparo contratual e reavaliação de causas cíveis que aguardam a manifestação fundamentada dos credores, vide nota explicativa 10.
- (ii) Ressarcimento das perdas incorridas por incidentes de quedas de torres ocorridos em outubro de 2021. Desta forma, em dezembro de 2023 a Companhia recebeu o montante de R\$ 1.963 a título de indenização da seguradora.

16. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.833	1.338
Atualização monetária	225	231
Outras receitas financeiras	1	6
	2.059	1.575
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(6.248)	(7.430)
Custo de transação	(74)	(74)
Outras despesas financeiras	(151)	(123)
	(6.473)	(7.627)
Resultado financeiro líquido	(4.414)	(6.052)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

17.1. Gestão de riscos

As atividades exercidas pela Companhia estão expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e risco de inflação), risco de crédito e risco de liquidez. O Modelo de Gestão de Risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é controlada pelo Departamento Financeiro Corporativo que identifica e avalia os riscos financeiros com a colaboração direta dos segmentos corporativos da Companhia, quantificando os mesmos por projeto, área e sociedade.

As normas internas de gestão proporcionam políticas escritas para a gestão de risco global, assim como para as áreas concretas como risco cambial, risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de liquidez, emprego de instrumentos de cobertura e derivativos.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

a) Riscos de mercado

É o risco de alterações em variáveis de mercado, tais como, inflação e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

- **Risco de taxa de juros** – É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. Em 31 de dezembro de 2023, o perfil dos passivos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	<u>31/12/2023</u>
Debêntures - CDI	32.845

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia atuando no segmento de transmissão é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, a concessionária terá suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação a concessionária poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e com isso incorrer em impactos nos resultados.

b) Riscos de crédito

É o risco de incorrer em perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros. Neste sentido, as principais exposições ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa** – Nota 4

Para controlar o risco de crédito do caixa e equivalentes de caixa, a Companhia possui critérios que estabelecem que as contrapartes devam ser sempre instituições financeiras de 1ª linha e dívida pública de alto nível de qualificação de crédito assim como política estabelecida de limites máximos a investir ou contratar com revisão periódica dos mesmos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

▪ Contas a receber (concessão do serviço público) – Notas 5

A Administração entende que não há risco de crédito em relação aos seus Contas a receber, pois o Contrato de Uso Sistema de Transmissão – CUST, celebrado entre a Companhia e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia – CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, as controladas, como agentes de transmissão, poderão solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

A RAP de uma companhia de transmissão é recebida das companhias que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro e deste modo o risco de crédito é baixo.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A política de liquidez e de financiamento da Companhia tem como objetivo assegurar a disponibilidade de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros.

Os prazos de liquidação dos passivos financeiros não derivativos, estão divulgados na Nota 9. Os saldos relacionados a fornecedores, reconhecidos pela Companhia como passivo financeiro não derivativo, possuem prazo de liquidação para os próximos 12 meses.

A Companhia tem debêntures que contêm cláusulas restritivas. O não cumprimento destas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia liquide tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxo de pagamentos. Em 31 de dezembro de 2023, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de debêntures vigentes foram cumpridas.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento dos principais instrumentos financeiros não derivativos detidos pela Companhia:

		31/12/2023				
	Nota	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Partes relacionadas	6	601	-	-	-	601
Fornecedores		807	-	-	-	807
Debêntures	9	4.910	4.909	19.743	3.283	32.845
		6.318	4.909	19.743	3.283	34.253

Evoltz VI

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2022				Total
		Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	
Partes relacionadas	6	342	-	-	-	342
Fornecedores		1.319	-	-	-	1.319
Debêntures	9	5.071	5.070	34.201	8.606	52.948
		6.732	5.070	34.201	8.606	54.609

17.2. Gerenciamento do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal.

A Companhia monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos na escritura de debêntures assinada. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de dívida menos o caixa e equivalentes de caixa e dividido por seu patrimônio líquido.

O índice de endividamento está apresentado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Dívida	32.845	52.948
Caixa e equivalentes de caixa	(14.462)	(13.206)
Dívida líquida	18.383	39.742
Patrimônio líquido	112.262	117.472
Índice de endividamento líquido (Dívida líquida/ PL)	0,16	0,34

17.3. Análise de sensibilidade dos principais instrumentos financeiros

A seguir a Companhia estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário provável – Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de juros vigentes ao final do exercício.

- Cenário II – Projeção deteriorada em 25% em relação ao cenário provável.

- Cenário III – Projeção deteriorada em 50% em relação ao cenário provável.

A Administração entende que o cenário provável em 31 de dezembro de 2024 para o CDI é de 9,00%.

	Taxa	Valor exposto 31/12/2023	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures - CDI	9,00%	32.845	3.038	3.798	4.557

Fonte: CDI Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus, em 05 de janeiro de 2024).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17.4. Instrumentos financeiros por categoria

	Nota	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.462	-	13.206	-
Contas a receber	5	-	3.630	-	3.008
		14.462	3.630	13.206	3.008
Passivos financeiros:					
Fornecedores		-	807	-	1.319
Debêntures	9	-	32.845	-	52.948
Partes relacionadas	6	-	601	-	342
		-	34.253	-	54.609

17.5. Estimativa do valor justo

A Companhia aplica CPC 46 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados adotados no mercado (ou seja, inserções não observáveis).
- A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:

Ativos financeiros	Nível	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	2	14.462	13.206

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Não houve transferências de nível no exercício. A Administração da Companhia entende que os valores justos de seus ativos financeiros se aproximam dos seus valores contábeis.

18. Aspectos ambientais

18.1. Licenciamento Ambiental

A Companhia, em consonância com as determinações legais vigentes, busca o atendimento na íntegra, a todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais necessárias para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção da linha de transmissão.

Evoltz VI

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A licença ambiental vigente expedida à Companhia até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras está demonstrada a seguir:

Empreendimento	Órgão ambiental	Tipo de licença	Vencimento
LT Campos Novos – Videira	IMA/SC	LO 4673/2022	25/07/2026
LT Dona Francisca – Santa Maria	FEPAM/RS	LO 07469/2020	20/12/2025

19. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Seguradora	Ramo	Apólice nº	Vigência	Valor
Tokio Marine	Responsabilidade civil	5100000043090	Dez/2023 a Dez/2024	10.000
Tokio Marine	Risco operacional	960 0000003297	Jan/2024 a Jan/2025	70.000
Swiss RE (*)	D&O	51101000771	Jul/23 a Jul/24	100.000

(*) Seguro contratado pela holding Evoltz Participações S.A. e pago mensalmente pela Companhia através de notas de débito.